

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela passagem à situação de adido em comissão normal do SAJ OPCOM 062226-F Alvaro José Oliveira Macedo da Silva, verificada em 25 de Novembro de 2008.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 25 de Novembro de 2008.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, tendo direito a 5 pontos de diferencial ao abrigo da conjugação dos n.ºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo.

25 de Novembro de 2008. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *Victor Manuel Lourenço Morato*, TGEN/PILAV.

#### Despacho n.º 32172/2008

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/03, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e no n.º 3 do artigo 279.º do mesmo Estatuto:

Quadro de Sargentos OPCOM

Sargento-ajudante:

1SAR OPCOM Q 064893-A, José Eduardo dos Reis Semião — BA6.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela passagem à situação de adido em comissão normal do SAJ OPCOM 062131-F António Manuel Ferreira de Sousa, verificada em 25 de Novembro de 2008.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 25 de Novembro de 2008.

Fica colocado na respectiva lista de antiguidades à esquerda do SAJ OPCOM 070936-A Paulo Alexandre Terras Saraiva.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, tendo direito a 5 pontos de diferencial ao abrigo da conjugação dos n.ºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo.

25 de Novembro de 2008. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *Victor Manuel Lourenço Morato*, TGEN/PILAV.

#### Despacho n.º 32173/2008

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/03, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e no n.º 3 do artigo 279.º do mesmo Estatuto:

Quadro de Sargentos OPCOM

Sargento-ajudante:

1SAR OPCOM Q 070936-A, Paulo Alexandre Terras Saraiva — BA6.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela passagem à situação de adido em comissão normal do SAJ OPCOM 070950-G Luís Manuel dos Santos Nascimento, verificada em 25 de Novembro de 2008.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 25 de Novembro de 2008.

Fica colocado na respectiva lista de antiguidades à esquerda do SAJ OPCOM 057564-L Vicente José Bilro Barriga Negra.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, tendo direito a 5 pontos de diferencial ao abrigo da conjugação dos n.ºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo.

25 de Novembro de 2008. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *Victor Manuel Lourenço Morato*, TGEN/PILAV.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Autoridade Nacional de Protecção Civil

#### Despacho n.º 32174/2008

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e nos termos do n.º 2 do despacho n.º 11532/2007, de 11 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 12 de Junho de 2007, subdelego no comandante operacional distrital de Aveiro António Manuel Pinto Soares Machado, no comandante operacional distrital de Beja Francisco Manuel Canudo Sena, no comandante operacional distrital de Braga Hercílio da Silva Almeida Campos, no comandante operacional distrital de Bragança Fernando António Melo Gomes, no comandante operacional distrital de Castelo Branco Rui dos Santos Martins Esteves, no comandante operacional distrital de Coimbra António Fernando Ferreira, no comandante operacional distrital de Évora Augusto Jorge Chaves Rodrigues, no comandante operacional distrital de Faro Vítor Norberto de Morais Vaz Pinto, no comandante operacional distrital da Guarda António Fernando Carvalho Fonseca, no comandante operacional distrital de Leiria José Manuel do Vale Moura Ferreira Gomes, no comandante operacional distrital de Lisboa Elísio Lázaro de Oliveira, no comandante operacional distrital de Portalegre Luís Manuel Belo Costa, no comandante operacional distrital do Porto José António Teixeira Leite, no comandante operacional distrital de Santarém Joaquim António dos Santos Chambel, no comandante operacional distrital de Setúbal Alcino Monteiro Marques, no comandante operacional distrital de Viana do Castelo António Costeira Antunes, no comandante operacional distrital de Vila Real Carlos Manuel Gomes Matos da Silva e no comandante operacional distrital de Viseu António César Silva Rodrigues da Fonseca, no âmbito da administração dos respectivos Comandos Distritais, e atenta a imprevisibilidade das deslocações a efectuar, a competência para autorizar deslocações em serviço oficial em território nacional dos titulares dos cargos da estrutura operacional, funcionários e demais colaboradores afectos a cada um dos CDOS, durante o ano de 2008.

2 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados pelos comandantes operacionais distritais, no âmbito da presente subdelegação de competências, desde 1 de Janeiro de 2008 e até à data de publicação do presente despacho.

3 — O presente despacho entra em vigor na data da sua publicação.

14 de Novembro de 2008. — O Director Nacional de Recursos de Protecção Civil, *José Gamito Carrilho*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direcção-Geral da Administração da Justiça

#### Aviso (extracto) n.º 29774/2008

Torna-se público que, por despacho de 04 de Dezembro de 2008, da directora-geral da Administração da Justiça, se encontra aberta a candidatura à prova final do curso de habilitação para ingresso nas carreiras do grupo de pessoal oficial de justiça, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 25 de Setembro de 2007, cujo prazo para apresentação é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso.

1 — Requisitos de admissão — podem candidatar-se à prova final os funcionários abrangidos pelo artigo 31.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça.

2 — Legislação aplicável — a prova final rege-se pelo disposto no Regulamento do curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras do Grupo de Pessoal Oficial de Justiça aprovado pela Portaria n.º 832/2007, de 3 de Agosto, bem como pelo Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 175/2000, de 9 de Agosto, 96/2002, de 12 de Abril e 169/2003, de 1 de Agosto, e pela Lei n.º 42/2005, de 29 de Agosto.

3 — Prova final:

3.1 — A prova final é composta por uma prova escrita de conhecimentos, cujo programa é publicado em anexo ao presente aviso (Anexo II);

3.2 — A prova final é classificada na escala valorimétrica de 0 a 20 valores, sendo excluídos os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores;

3.3 — A validade da prova final é de cinco anos, contados a partir da data de publicação da lista dos candidatos aprovados e excluídos;

3.4 — A prova final realizar-se-á nas cidades de Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Lisboa, Ponta Delgada e Porto, em local a indicar oportunamente, conforme referido no ponto 5.8 do presente aviso.

4 — Composição do Júri:

Presidente — João Manuel Calado de Jesus Cabrita, subdirector-geral.

Vogais efectivos:

Helena de Almeida Esteves, directora de serviços de recursos humanos, que substituirá o presidente nas suas ausências e impedimentos;  
Carlos Alberto da Silva Correia, chefe de divisão de gestão de recursos humanos;

Adriana do Céu Ferreira Rodrigues, formadora-coordenadora,  
Elisabete de Jesus Abreu da Fonseca Pires, formadora-coordenadora,

Filomena Maria de Sousa Cruz Vidal Constantino, formadora-coordenadora,

José Aurélio Simões Ferreira Cabido, formador-coordenador.

Vogais suplentes:

Maria Cristina de Almeida Mendes, assessora principal;  
Maria Manuela dos Santos Henriques Neves, técnica superior principal,

Lourenço António Lopes Torres, chefe de divisão de administração dos funcionários de justiça,

Rui Manuel Abranches Timóteo, formador-coordenador

Manuel Borges Carrasco Caeiro, formador-coordenador,

António Manuel Guerra de Azevedo Seara, formador-coordenador.

5 — Formalização das candidaturas e admissão dos candidatos:

5.1 — 1 — Podem candidatar-se à prova final os funcionários dos quadros de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça e das Instituições Judiciárias, desde que:

- Sejam detentores do 11.º ano da escolaridade ou equiparado;
- Possuam três anos de serviço efectivo;
- Tenham obtido, na última avaliação de desempenho, a menção de Muito Bom;

5.1 — 2 — Os formandos que obtiveram a classificação de “apto” na 1.ª fase de formação, que decorreu de 01 de Setembro de 2008 a 30 de Novembro de 2008 e de 08 de Setembro de 2008 a 07 de Dezembro de 2008, estão automaticamente admitidos à prova final a que se refere o presente aviso.

5.2 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido à directora-geral da Administração da Justiça, de acordo com a minuta publicada no Anexo I ao presente aviso, de que é parte integrante.

Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Documento emitido pelo organismo ou serviço onde prestam funções que, inequivocamente, comprove a natureza do vínculo, a categoria profissional, bem como a antiguidade na categoria, carreira e função pública;

b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias (que comprove a titularidade do 11.º ano ou equiparado);

c) Fotocópia da avaliação de desempenho a que se refere a alínea c) do ponto 5.1 do presente aviso;

d) Fotocópia do bilhete de identidade.

5.3 — A não apresentação de qualquer um dos documentos exigidos nas alíneas a), b) e c) do número anterior determina a não admissão à prova final do curso de Habilitação.

5.4 — Os requerimentos de candidatura devem ser entregues pessoalmente na Direcção-Geral da Administração da Justiça, sita na Avenida 5 de Outubro, n.º 125, 1069-044 Lisboa, ou remetidos pelo correio, sob registo com aviso de recepção, para o mesmo endereço, até ao termo do prazo para apresentação das candidaturas, atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

5.5 — Os funcionários do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça estão dispensados de entregar a declaração exigida na alínea a) do ponto 5.2 do presente aviso.

5.6 — Os funcionários dos quadros de pessoal das Instituições Judiciárias estão dispensados de entregar a declaração exigida na alínea a) do ponto 5.2 do presente aviso, desde que o respectivo processo individual se encontre na Direcção-Geral da Administração da Justiça.

5.7 — Os funcionários do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça e das Instituições Judiciárias estão dispensados de entregar o certificado de habilitações exigido na alínea b) do ponto 5.2 do presente aviso, desde que os respectivos processos individuais se encontrem na Direcção-Geral da Administração da Justiça e que nos mesmos

conste certificado de habilitações que comprove, de forma inequívoca, que são detentores do 11.º ano de escolaridade, ou equiparado.

5.8 — A lista dos candidatos admitidos e não admitidos à prova final do curso de Habilitação, bem como a dos candidatos “aptos” e “não aptos”, a data, horas e locais de realização da prova será oportunamente publicada na 2.ª série do *Diário da República* e publicitada na página oficial da Direcção-Geral da Administração da Justiça ([www.dgaj.mj.pt](http://www.dgaj.mj.pt)).

6 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei geral.

9 de Dezembro de 2008. — O Subdirector-Geral, *João Manuel Calado Jesus Cabrita*.

#### ANEXO I

#### Minuta do requerimento a que se refere o n.º 5.2 do presente aviso

(papel de formato A4)

Nome:  
Data de nascimento:  
Nacionalidade:  
Estado civil:  
Bilhete de Identidade/cartão de cidadão: número/ data de validade/ serviço emissor  
Organismo onde exerce funções:  
Categoria:  
Habilitações literárias:  
Avaliação de desempenho:  
Morada (para onde deve ser remetido o expediente relativo ao curso de habilitação, a qual deverá ser actualizada sempre que venha a ser alterada):  
Telefone/telemóvel:  
Localidade onde pretende realizar a prova escrita final (indicada no ponto 3.4):

Vem por este meio requerer a V. Ex.ª se digne admiti-lo(a) à prova final do curso de Habilitação para ingresso nas carreiras do grupo de pessoal oficial de justiça, aberto por aviso publicado no D.R. n.º ....., de .../.../..., ao abrigo do disposto no artigo 31.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça.

Junta os seguintes documentos:

(...)

Pede deferimento  
(data)  
(assinatura)

#### ANEXO II

#### Programa da prova escrita de conhecimentos

Processo civil:

Noções gerais  
Princípios fundamentais  
Pressupostos processuais  
Classificação das acções quanto ao objecto e à forma  
Actos processuais em geral  
Da instância:

Início, desenvolvimento e extinção

Incidentes — noções gerais  
Procedimentos cautelares — noções gerais  
Formas de processo:

Noções elementares sobre a tramitação do processo declarativo comum  
Noções elementares sobre a tramitação do processo executivo

Processo penal:

Princípios gerais  
Sujeitos do processo — do juiz e do tribunal, do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal, do arguido e do seu defensor, do assistente e das partes civis  
Actos processuais em geral  
Noções elementares sobre:

Meios de prova  
Medidas de coacção e de garantia patrimonial  
Fases processuais: Inquérito, instrução e julgamento  
Formas de processo: comum e especiais

Custas:

Noções sobre custas e isenções  
Custas cíveis, criminais e outras

Taxas de justiça e encargos  
Pagamento de custas e multas  
Actos avulsos

### **Organização Judiciária e Regime Jurídico dos funcionários de justiça**

Órgãos de soberania  
Ano judicial e férias judiciais  
Divisão judicial e categorias de tribunais  
Composição e competência dos tribunais  
Tribunal colectivo, singular e de júri  
Serviço urgente: turnos  
Magistratura Judicial:  
Composição  
Conselho Superior da Magistratura: Noções genéricas  
Magistratura do Ministério Público:  
Competência do Ministério Público  
Agentes do Ministério Público  
Representação do Ministério Público nos Tribunais  
Secretarias judiciais e funcionários de justiça:  
Hierarquia nas secretarias judiciais  
Composição e competências das secretarias  
Funcionários de Justiça: estruturação em grupos e carreiras  
Noções genéricas sobre direitos, deveres e incompatibilidades dos funcionários de justiça  
Noções genéricas sobre classificações de serviço e regime disciplinar dos oficiais de justiça  
Gestão dos funcionários de justiça  
Regime de férias, faltas e licenças dos funcionários de justiça

#### **Despacho (extracto) n.º 32175/2008**

Por meu despacho de 30 de Outubro de 2008:

Abreu dos Santos Vaqueiro Afonso, secretário de Justiça do Tribunal do Trabalho de Bragança — nomeado em comissão de serviço para exercer funções como inspector do Conselho dos Oficiais de Justiça, com efeitos a 17 de Novembro 2008.

11 de Novembro 2008. — O Subdirector-Geral, *João Manuel Calado Jesus Cabrita*.

#### **Despacho (extracto) n.º 32176/2008**

Por meu despacho de 13 de Novembro de 2008, por delegação da Directora-Geral (DR 2.ª série, n.º 159 de 20-08-2007):

Alcino Miranda, escrivão-adjunto do Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca de Matosinhos;

Carlos António Rodrigues Pires, escrivão-adjunto do Tribunal de Comarca de Matosinhos — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia.

Aceitação: 2 dias  
Não carece de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas.

14 de Novembro de 2008. — O Subdirector-Geral, *João Manuel Calado Jesus Cabrita*.

#### **Despacho (extracto) n.º 32177/2008**

Por meu despacho de 17 de Novembro de 2008, por delegação da Directora-Geral (DR 2.ª série, n.º 159 de 20-08-2007):

Lina de Jesus Perfeito Lopes, escrivã-adjunta do 9.º e 10.º Juízos Cíveis de Lisboa — autorizada a permuta para idêntico lugar do 6.º Juízo Criminal de Lisboa;

Maria Manuela Rodrigues Queiroz, escrivã-adjunta do 6.º Juízo Criminal de Lisboa — autorizada a permuta para idêntico lugar do 9.º e 10.º Juízos Cíveis de Lisboa.

Aceitação: 2 dias  
Não carece de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas.

18 de Novembro de 2008. — O Subdirector-Geral, *João Manuel Calado Jesus Cabrita*.

#### **Despacho (extracto) n.º 32178/2008**

Por meu despacho de 11 de Novembro, por delegação da Directora-Geral (*Diário da República*, II Serie, n.º 159 de 20 de Agosto de 2007):

João Alberto dos Santos Bonifácio, Escrivão Auxiliar do quadro do pessoal do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira, nomeado no âmbito do processo de reclassificação profissional, em comissão de

serviço extraordinária por 6 meses, para o lugar de oficial porteiro do Tribunal de Ovar, nos termos da alínea c) do artigo 4.º e do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, passando a auferir pelo escalão 1 índice 165.

Foram cumpridas as disposições legais constantes dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006 de 7 de Dezembro, designadamente, através de procedimento de selecção para reinício de funções por tempo indeterminado P20085523/SIGAME.

Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado.

18 de Novembro de 2008. — O Subdirector-Geral, *João Manuel Calado Jesus Cabrita*.

## **Directoria Nacional da Polícia Judiciária**

### **Aviso n.º 29775/2008**

#### **Concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de especialista estagiário, para o Departamento de Perícia Financeira e Contabilística (Directoria de Coimbra)**

Nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, os candidatos admitidos ao concurso externo de ingresso para provimento de 2 lugares de especialista estagiário, para o Departamento de Perícia Financeira e Contabilística (Directoria de Coimbra), do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de Fevereiro de 2007, ficam notificados para, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, contados nos termos do artigo 44.º do supracitado Decreto-Lei, dizerem por escrito o que se lhes oferecer acerca do projecto de lista de classificação final, lavrada em acta da reunião do Júri n.º 8, de 18 de Novembro de 2008, que será afixada no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, na data da publicação do presente aviso.

Mais cumpre informar os candidatos de que poderão consultar o processo do concurso, das 09H00 às 12H00 e das 14H00 às 17H00, de segunda-feira a sexta-feira, no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, sito no Largo de Andaluz, 17, 1050 004 Lisboa.

9 de Dezembro de 2008. — Pelo director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

### **Aviso n.º 29776/2008**

#### **Concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de especialista estagiário, para o Departamento de Perícia Financeira e Contabilística (Directoria Nacional/Lisboa)**

Nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, os candidatos admitidos ao concurso externo de ingresso para provimento de 2 lugares de especialista estagiário, para o Departamento de Perícia Financeira e Contabilística (Directoria Nacional/Lisboa), do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de Fevereiro de 2007, ficam notificados para, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, contados nos termos do artigo 44.º do supracitado Decreto-Lei, dizerem por escrito o que se lhes oferecer acerca do projecto de lista de classificação final, lavrada em acta da reunião do Júri n.º 8, de 11 de Novembro de 2008, que será afixada no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, na data da publicação do presente aviso.

Mais cumpre informar os candidatos de que poderão consultar o processo do concurso, das 09H00 às 12H00 e das 14H00 às 17H00, de segunda-feira a sexta-feira, no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, sito no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050 004 Lisboa.

9 de Dezembro de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

### **Aviso n.º 29777/2008**

#### **Concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de especialista estagiário, para o Departamento de Perícia Financeira e Contabilística (Directoria de Faro)**

Nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, os candidatos admitidos ao concurso externo de ingresso para provimento de 2 lugares de especialista estagiário, para o Departamento de Perícia Financeira e Contabilística (Directoria